

Economia política do desenvolvimento sustentável

CHRISTY GANZERT PATO¹

Área 8

Sessões Ordinárias do XVII Encontro Nacional de Economia Política

Resumo:

Partindo da contradição existente na consolidação dos direitos humanos dentro do ordenamento jurídico interestatal, onde se observa um *jus cogens* a legitimar, involuntariamente, intervenções bélicas sob pretexto humanitário, o presente artigo pretende destrinchar os mecanismos pelos quais a ideia de desenvolvimento sustentável igualmente se interverte. A linha para tal argumentação segue a hipótese de que, impregnada de um dever ético, e, portanto, alicerçada no sujeito, a ideia de desenvolvimento sustentável, derivada epistemologicamente da Teoria dos Sistemas, acaba por redundar em uma mera mão invisível eticamente determinada, constituindo-se, portanto, em um novo ethos de legitimação do próprio capital, qual seja um individualismo responsável.

¹ Professor Adjunto da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

1. INTRODUÇÃO

O discurso desenvolvimentista foi marcado, ao longo do século XX, por um mecanismo peculiar no qual, em certa medida, marxistas, neoliberais, estruturalistas, pós-keynesianos, e toda sorte de correntes divergentes convergiram, na periferia, para uma espécie de gelatina desenvolvimentista indiferenciada, amálgama bruto resultante de nossa própria obsessão pelo atraso e que fez por impor-se quase como uma agenda única a pautar as discussões nos mais diversos campos ideológicos.

Pois a passagem para o século XXI produziu uma outra força unificadora. Dos bem postados países da OCDE aos grandes centros contemporâneos de extração de mais-valia, a catástrofe ambiental se fez presente. E com ela um novo discurso pacificador veio somar-se às orações de desenvolvimento. Dessa comunhão sacramentou-se a noção de desenvolvimento sustentável.

Em certo sentido, ela é a roupagem *cool* do velho discurso de superação do atraso. Talvez por isso mesmo sua arenga seja ainda mais sedutora, apresentando-se agora como a grande ideologia a nos redimir das mazelas da acumulação capitalista, sem que sequer precisemos abandoná-la. Não poderia, assim, haver melhor tábua de salvação a libertar o homem da vida mundana crivada pela lógica do lucro, pois em verdade podemos permanecer a ela abraçados. Impregnada de um dever ético, a ideia de desenvolvimento sustentável aparece como o conforto certo às almas cansadas da destruição ecológica, mas também descrentes de qualquer outra forma de sociedade fora da esfera capitalista. Eis, aliás, o segredo de seu arrebatamento: fincada na ideia de um dever ético, ela é um discurso condigno de um mundo que não gosta mais de estruturas – tidas como forças não palpáveis a determinar nosso destino. E enquanto ética, sua força só pode estar no sujeito, agora o grande e único responsável pela construção de um novo mundo. Retiram-se, portanto, as condições determinadas sob as quais o homem faz sua própria história² e, como resíduo, temos apenas a vontade humana, agora hipostasiada.

Por isso mesmo, criticar a noção de desenvolvimento sustentável passou a ser crime de lesa-humanidade, pois praticamente acrescida ao rol dos direitos humanos – os quais, por uma espécie de tautologia, também emanam de um pressuposto fundado na ética. E é certo que ninguém em sã consciência pode ser contra os direitos humanos. Mas é justamente essa força messiânica, de cunho iluminista, que faz dos direitos humanos presa fácil para sua própria interversão, bem ao estilo, de resto, dos desdobramentos das principais figuras da modernidade, que acabaram por nos apresentar a promessa da Razão como mera ânsia por dominação, seja no colorido frankfurtiano seja no matiz pós-moderno francês. Um descompasso resultante de um tropeço que mais parece um

² Ainda que largamente citada e conhecida, não custa lembrar a origem dessa passagem que já se tornou um aforismo: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 1978b [1852], p.329).

erro grosseiro num exame psicotécnico, onde teimamos em tentar encaixar o cubo no buraco piramidal. Esse o resultado inevitável de um discurso que postula uma prática humana num universo inumano, e que só pode deslizar, portanto, para a inevitável cumplicidade involuntária para com a barbárie. O humanismo resvala assim em anti-humanismo³.

Sobre essa interversão do humanismo em anti-humanismo o professor Paulo Arantes – em recente conferência ministrada no XV Encontro Anual da Sociedade Brasileira de Economia Política, em junho de 2010, em São Luís (MA) – destrinchou algumas figuras macabras. Seu argumento toma forma a partir da constatação de que, desde o fim da Segunda Guerra, poucos foram os países envolvidos em conflitos declarados. Guerras deflagradas envolvem protocolos: chamada de embaixadores, rompimento diplomático, declaração de guerra e, claro, respeito às convenções internacionais. Os grandes conflitos que banharam o planeta nos últimos 30 anos, contudo, seguiram uma lógica muita mais “edificante” e, ao mesmo tempo, muito menos regulada. A maior parte desses conflitos foi deflagrada através da nova figura jurídica das intervenções internacionais e não propriamente como declarações de guerra. O inimigo não mais era tal ou qual país, mas, sim, barbaridades cometidas por grupos que atentavam contra os mais poderosos elementos de compaixão e alteridade: subjugo de minorias, restrição de liberdades, atentados de cunho religioso ou de gênero, fome, epidemias etc. São fartas e inúmeras as desculpas para as intervenções bélicas de cunho humanitário. Negar legitimidade a tais intervenções passou à ordem do absurdo, do impensável, do inumano. Afinal, seria negar à Razão seu próprio devir – de pavimentadora da emancipação e do bem-estar da humanidade –, ainda que o único resultado a saltar à vista tenha sido o de flagrarmos a Razão em calças curtas⁴.

Essa nova figura jurídica, da intervenção humanitária, como não poderia deixar de ser, também reflete os novos tempos; capítulo, pois, da intrincada trama da filosofia do sujeito. Afinal, os “tempos modernos”, como expressão da consciência histórica⁵, em seu movimento de autocertificação operam pela reconciliação de uma razão que tenta não dar muito na vista um fundamento que, ao fim e ao cabo, deduz-se imediatamente da subjetividade. Estruturas totalizantes e abstratas como o Estado são, portanto, reconfiguradas e redefinidas através de uma espécie de microfundamento, qual seja o atomismo do sujeito. Mas a travessura não é inocente. Rompe-se uma abstração de natureza totalizante, mas o cordão dá a volta e retorna como um novo discurso igualmente totalizante que, ao passar pelo crivo do sujeito, emerge com muito mais força. Eis o segredo da nova doutrina, que visa justamente colocar em xeque as antigas noções de soberania e de jurisdição estatal.

³ Aqui, a interversão do humanismo em anti-humanismo segue os passos da concepção lógica desenvolvida pelo prof. Ruy Fausto. v. FAUSTO, 1987a, p.27-65.

⁴ Dentre outros flagrantes embaraçosos, vimos a Razão distribuindo licitações milionárias de reconstrução da destruição causada por suas próprias intervenções. A Halliburton e a família Cheney agradecem, de resto, o bom senso e a lógica, sempre humanitários.

⁵ Cf. KOSELECK, R. *Vergangene Zukunft*. Frankfurt am Main, 1979 apud HABERMAS, 2002, p.9

Caberia destrincharmos melhor a problemática do discurso sobre direitos humanos, mas dentro do escopo limitado deste trabalho basta ressaltar o sentido não tão oculto da nova bandeira humanista. Retirar as crianças do Congo da miséria e dos tentáculos das milícias é claro que é dos mais nobres e incontornáveis deveres, mas também não há nada de mau se pudermos, com isso, revigorar os usuais mecanismos de acumulação, que já há muito necessitam de todo e qualquer reforço possível. O duro é que no meio do caminho muitas vezes nem lembramos mais qual dos dois foi, de fato, o impulso primevo.

Eis, pois, o novo *ethos* capitalista. Se em seus primeiros rincões o capitalismo teve como “espírito” a frugalidade e a abnegação de uma religião devotada ao trabalho⁶, neste mundo desencantado a triunfante filosofia do entendimento fez por nos legar ao menos sentimentos mais elevados. E ainda assim tais sentimentos em pouco se diferem, no que concerne às implicações, do atomismo individualista auto-interessado e centrado no trabalho. Equiparam-se não por virtudes deste *homo economicus* ou ainda imperfeições daqueles sentimentos elevados, mas apenas porque ambos são forma adequada de um mesmo movimento que se desdobra sobre si mesmo, distinguível apenas no tempo.

O percurso no qual esses sentimentos elevados cristalizaram-se em um ordenamento jurídico de caráter não derogatório e global exigiriam um espaço para além do presente artigo⁷, ao que nos basta aceitarmos como um dado o trajeto do capitalismo ao longo do século XX em sua inflexão rumo à necessária comunhão com os mais elevados preceitos iluministas e com o *jus cogens* deles derivado, numa dinâmica de reforço da acumulação capitalista através da imposição de uma *soft law* a funcionar como uma legitimação de enquadramento das soberanias estatais a um mesmo preceito, legitimador das chamadas intervenções humanitárias. Mas se olharmos com atenção para o mantra do desenvolvimento sustentável, veremos que ele é o próprio ponto denso no qual esse mesmo fenômeno se replica, conferindo ao capitalismo uma imagem renovada: ainda centrado no indivíduo e no seu dever, mas um dever não mais para com o trabalho, e, sim, para com o próximo. Capitalismo humanizado, pois.

2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: INFLEXÃO E SÍNTESE

Retornemos, portanto, ao momento de gestação dessa nova religião. Não, não uso o termo de maneira pejorativa, como que a denegrir os ambientalistas, acusando-os de fanáticos. Tomo-o como Hegel que, acompanhando Kant, considera a religião como “o poder de

⁶ cf. WEBER, 2004 [1904;1905]. Essa nova tradução, como bem se sabe, teve o primor de juntar num único texto as duas grandes versões da obra de Weber. A primeira, publicada em duas partes na revista *Archiv*, em 1904 e 1905, respectivamente, e a edição revista e ampliada por Weber em 1920.

⁷ E, de fato, já estou escrevendo um artigo apenas sobre esta questão.

aplicar e validar os direitos que a razão concedeu”⁸. Poder este que intenta “penetrar o espírito e os costumes de um *povo*”, fazer-se presente “nas instituições do Estado e na práxis da sociedade”, e ainda, impregnando-se na alma, “sensibilizar a maneira de pensar e as motivações dos homens para os preceitos da razão prática”⁹. Equiparo-o, assim, ao papel do protestantismo, na medida em que ambos, como elementos da vida pública, conferem à razão uma eficácia prática, ainda que não nos termos esperados por Hegel, já que ambos meramente redundam em um positivismo da eticidade, ou mesmo em simples eticidade positivada.

A origem do termo é bem conhecida. Na *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano*¹⁰ – a conhecida Conferência de Estocolmo, em 1972 – o Secretário-Geral da Conferência, Maurice Strong, cunhou o termo ecodesenvolvimento. Mas seria graças ao Assessor-Chefe do Secretariado-Geral da ONU nos preparativos para Estocolmo que o termo adquiriria não só densidade teórica como, principalmente, popularidade. Integrando as discussões multilaterais sobre o meio ambiente desde o ano anterior, quando da Conferência de Founex, na Suíça, Ignacy Sachs será também o responsável pela adoção quase que irrestrita do jargão da sustentabilidade econômica e ambiental nos documentos da ONU. O termo cunhado por Maurice Strong sofreria, contudo, uma pequena reconfiguração cosmética. Mas é o próprio Ignacy Sachs quem logo adverte que ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável são denominações para a mesma coisa¹¹.

O caráter sedutor e conciliador das ideias de Sachs faria sentir-se, aliás, já na própria Conferência de Estocolmo, onde duas posições diametralmente opostas tinham sido assumidas: de um lado, “the curnucopians”, e, de outro, “the doomsayers”, ou seja, os otimistas inveterados prevendo abundância e bonança versus os catastrofistas¹². Aos primeiros, as preocupações com o meio ambiente inibiriam os esforços dos países em desenvolvimento rumo à industrialização. A aceleração do crescimento era, pois, a prioridade, fazendo valer uma variante da velha metáfora de fazer crescer primeiro o bolo para depois dividi-lo, com o aspecto distintivo de que limpar a sujeira da cozinha – os danos ao meio ambiente – bem poderia igualmente ficar para depois. Os outros “anunciavam o apocalipse para o dia seguinte, caso o crescimento demográfico e econômico [...] não fossem imediatamente estagnados”¹³. Será, portanto, em meio a este fla-flu que, desde Founex, a alternativa intermediária de Sachs, situada entre o “economicismo arrogante” e o “fundamentalismo ecológico” conquistará adeptos. O segredo de sua pregação era o de não questionar a necessidade do crescimento econômico, mas qualificá-lo, tornando-o “socialmente receptivo” e a ser “implementado

⁸ HEGEL, G. W. F. *Suhrkamp-Werkausgabe*. Frankfurt: M. Suhrkamp, 1986. v. 1, p.103 apud HABERMAS, 2002, p.38.

⁹ HABERMAS, 2002, p.38, grifo do autor.

¹⁰ *United Nations Conference on the Human Environment*.

¹¹ SACHS, 2002, p.54.

¹² *Ibid.*, p.50.

¹³ SACHS, 2002, p.51.

por métodos favoráveis ao meio ambiente, em vez de favorecer a incorporação predatória da natureza ao PIB”¹⁴. E ele tinha muito claro também qual a principal audiência a ser seduzida. Segundo suas próprias palavras, durante a preparação para a Conferência de Estocolmo, sua principal indagação era:

O que deve fazer um planejador para conciliar no planejamento a lógica das necessidades com a lógica do mercado e aprender a raciocinar diretamente sobre os valores de uso, e não unicamente sobre os valores de troca? Como introduzir o qualitativo ao lado do quantitativo?¹⁵

Sua abordagem epistemológica, à qual voltaremos em breve, permitiu-lhe também aquele que talvez tenha sido seu maior cartão de visitas, qual seja a valorização das populações locais dentro da cadeia econômica, fomentando, pois, um desenvolvimento endógeno, auto-suficiente, ditado por necessidades humanas em detrimento do mercado, em harmonia com a natureza e aberto às mudanças institucionais.

De modo geral, o objetivo deveria ser o do estabelecimento de um aproveitamento racional e ecologicamente sustentável da natureza em benefício das populações locais, levando-as a incorporar a preocupação com a conservação da biodiversidade aos seus próprios interesses, como um componente de estratégia de desenvolvimento¹⁶.

O estudo de sistemas de produção integrada, adaptados às condições locais, deve prosseguir em diferentes escalas de produção, desde a agricultura familiar aos grandes sistemas comerciais. Ambos têm lugar em uma estratégia de desenvolvimento sustentável¹⁷.

Este “paradigma do caminho do meio”, como o nomeia o próprio Sachs, e que tomou corpo em Founex e no encontro de Estocolmo, teve uma trajetória de ascensão tão fulminante que já na Conferência seguinte, em 1974¹⁸, no México, seria ele a inspirar cada parágrafo da chamada *Declaração de Cocoyoc*, bem como o influente relatório *What Now*¹⁹, do ano subsequente, produzido pela Dag Hammarskjöld Foundation em parceria com o PNUMA, por ocasião da Sétima Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas, e no qual Ignacy Sachs se destaca justamente como um dos principais consultores do relatório, juntamente com Ahmed Ben Salah e Juan Somavía. A importância e o grau de penetração e ramificação do relatório *What Now* são mais bem compreendidos se lembrarmos que ele foi apenas um dos produtos do *The 1975 Dag Hammarskjöld Project*. A empreitada pariu também uma obra na qual aparecem nomes como os de Fernando

¹⁴ Ibid., p.52-53.

¹⁵ SACHS, 2009, p.230-231.

¹⁶ SACHS, 2002, p.52-53.

¹⁷ SACHS, 2002, p.39.

¹⁸ Conferência organizada em conjunto pela UNEP (United Nations Environment Programme) e pela UNCTAD (United Nations Commission on Trade and Development), conhecidas entre nós como PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) e CNUCED (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento), respectivamente.

¹⁹ DAG HAMMARSKJÖLD FOUNDATION, 1975.

Henrique Cardoso, Paul Singer, Bolivar Lamounier e do próprio Ahmed Ben Salah²⁰, o que já nos dá certa pista sobre certos parentescos e sintomas de *forma* destes últimos.

Mas qual seria, afinal, a fonte de tamanho arrebatamento causado pelas ideias de Ignacy Sachs? Polonês, mas praticamente brasileiro – pois morou aqui por 15 anos durante a adolescência e a juventude, tendo estudado e se formado em Economia numa das faculdades que viria a compor a Universidade Cândido Mendes –, seus trabalhos são facilmente encontrados em edições muitas vezes preparadas especialmente para o público brasileiro²¹. E mesmo antes dele ter sido, em 1992, Assessor Especial do Secretariado-Geral da ONU para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, colaborando, assim, com a realização da paquidérmica Conferência Rio-92 – o “maior encontro intergovernamental de alto nível jamais realizado em nosso planeta”, assistido por representantes de mais de 180 países, incluindo 105 chefes de Estado²² –, Ignacy Sachs já era o xodó de muitos setores da academia brasileira e de movimentos ambientalistas, formados, estes, pelo recrutamento de jovens fervorosos e idealistas.

Discernir de que maneira sua obra foi capaz de, ao mesmo tempo, seduzir movimentos sociais e organismos multilaterais – conjunção esta que, para quem se acostumou com o cenário pós-Seattle, quando dos protestos contra a OMC, em 1999, parece mero delírio – é o segredo para compreender certos sintomas contemporâneos, como a aliança tranquila entre o partido verde alemão e os conservadores da União Democrata-Cristã, ou o esforço de Daniel Cohn-Bendit, um dos líderes do PV francês, em viabilizar uma aliança com “os centristas do Modem”²³ – numa atitude que “soaria melhor para seus novos eleitores que frequentam as praças financeiras mundiais”²⁴ –, ou ainda a ascensão da candidatura de Marina Silva, durante as eleições presidenciais de 2010. Quanto a esta, cabe recuperar na íntegra o argumento fulminante de Vladimir Safatle:

No Brasil, vimos a candidatura de Marina Silva impor-se como terceira via na política. Ela foi capaz de pegar um partido composto por personalidades do calibre de Zequinha Sarney e fazer acreditar que, com eles, um novo modo de fazer política está em vias de aparecer. Cobrando os outros candidatos por não ter um programa, ela conseguiu esconder que, de todos, seu programa era o economicamente mais liberal. O que não devia nos surpreender. Afinal, os verdes conservaram o que talvez havia de pior em maio de 68: um antiestatismo muitas vezes simplista enunciado em nome da crença na espontaneidade da sociedade civil.

Não é de se estranhar que este libertarianismo encontre, 40 anos depois, o liberalismo puro e duro. De fato, a ocupação do centro pelos verdes tem tudo para ficar. Ela vem a calhar para um eleitorado que um dia votou na esquerda, mas que gostaria de um discurso mais “moderno”. Um discurso menos centrado em conflitos de classe, problemas de redistribuição, precarização do trabalho e mais centrado em “nova aliança”, “visão integrada” e outros termos que parecem saídos de um manual

²⁰ cf. NERFIN, 1975.

²¹ cf. SACHS, 1986a. Esta obra, por exemplo, é uma coletânea de diversos artigos publicados originalmente em francês e inglês, que foram reformulados especialmente para a edição brasileira.

²² SACHS, 1993, p.57.

²³ Os corretores da *Folha de São Paulo* parecem não ter gostado da sigla do partido, que, em verdade, é MoDem – Mouvement Démocrate.

²⁴ SAFATLE, 2010.

de administrador de empresas zen. Alguns anos serão necessários para que a nova aliança se mostre como mais uma bolha²⁵.

Mesmo àqueles que não concordam com o diagnóstico de Vladimir Safatle, é difícil não reconhecer o poder de sedução do jargão *flower power* do capitalismo do século XXI que, recheado de visões *holísticas e sistêmicas*, ressoa sem sentir-se deslocado, seja no discurso de um operador de mesa de câmbio que vai ao trabalho de bicicleta, seja na pregação mística de uma comunidade *haribol* fincada na Chapada dos Veadeiros. De lado a lado, os aforismos de um Lao Tse são presença constante nas leituras de cabeceira. E a ambos o Estado soa como uma estrutura arcaica, inerentemente corrupta, e a violar, portanto, a harmonia sistêmica. “Pense globalmente, aja localmente” nada mais é, portanto, que a máxima smithiana do padeiro²⁶ agora travestida de imperativo categórico – aquele mesmo que Eichmann tanto nos ajudou a assimilar. No novo milênio, a mão invisível agora é eticamente determinada, algo que, em lugar de alterar sua substância, apenas reforça-a. Afinal, o preceito de que todos se beneficiam se cada um fizer sua parte tem agora o ato individual elevado à condição de dever. E o ambiente no qual opera tal preceito continua o mesmo: o mercado.

Fica fácil compreender, portanto, o feitiço da obra de Ignacy Sachs. Nitidamente tributário da Teoria dos Sistemas, veremos como neste arcabouço represam-se igualmente as formas de um mundo que tem urticárias toda vez que são mencionadas narrativas explicativas de cunho estrutural e totalizante. Contradição esta que também robustece os próprios encantos da narrativa sistêmica, ela mesma uma teoria que se pretende totalizante, mas que, expulsando quaisquer ontologias, toma pé a partir de figuras ditas concretas, palpáveis, mas, principalmente, metodologicamente individualizadas. Mas como Sachs não trata do tema diretamente, resgatemos primeiramente o percurso que nos conduz aos seus alicerces.

Basta uma rápida passada de olhos pela bibliografia pertinente para ficar evidente que não há estudo sobre Teorias dos Sistemas que não parta dos escritos de Ludwig von Bertalanffy. E sua própria trajetória já nos diz muito sobre o que vem a ser o cerne epistemológico da criação deste austríaco radicado nos EUA a partir da década de 1950. Sua tese de doutorado foi orientada tanto pelo pós-kantiano Robert Reininger como por Moritz Schlick, figura de liderança no Círculo de Viena. Mas as raízes mesmas de seu trabalho estão na adaptação que Wolfgang Köhler²⁷ fez do conceito de *Gestalt*, aplicando-o também a problemas físicos, e nos trabalhos do matemático

²⁵ SAFATLE, 2010.

²⁶ Nunca é demais lembrar-la: “o homem necessita sempre da ajuda dos seus semelhantes e não pode esperar que estes lhe deem por mera bondade. Ser-lhe-á mais fácil consegui-la se puder explorar a seu favor o amor-próprio dos outros e lhes puder demonstrar que têm vantagem em fazer por ele aquilo que lhes é pedido. [...] Dê-me o que quero, e terá aquilo que deseja. [...] É assim que obtemos uns dos outros a grande maioria dos serviços de que necessitamos. Não é por generosidade que o homem do talho, quem faz a cerveja ou o padeiro nos fornecem os alimentos; fazem-no no seu próprio interesse.” (SMITH, 1978 [1776], p.14).

²⁷ KÖHLER, W. *Die physischen Gestalten in Ruhe und im stationären Zustand*. Braunschweig: Vieweg, 1924 apud DRACK, 2008, p.3.

Alfred Lotka²⁸ sobre uma *general systemology*. Estes créditos, aliás, são reconhecidos pelo próprio Bertalanffy²⁹, ao tratar das origens de sua abordagem “organísmica” na biologia, que visava abordar o organismo como uma totalidade ou como sistema. Suas teorias foram largamente atacadas nos anos 30 e 40 – notadamente as analogias entre sociedade e organismo – por serem consideradas reducionistas, escamoteando as diferenças reais dentro do objeto em questão, no caso, a sociedade. Mas Bertalanffy não se abalara, e considerava que:

[...] estas objeções não atingiam o alvo no que diz respeito à natureza da teoria dos sistemas, a saber, a tentativa de uma interpretação e uma teoria científica em assuntos nos quais anteriormente não existiam, e chegar a uma generalidade mais alta do que a das ciências especiais³⁰.

E, de fato, conforme outros campos do conhecimento fundados em premissas análogas se difundiam – tais como a cibernética, a partir do trabalho de Norbert Wiener³¹; a teoria da informação, a partir dos trabalhos de Shannon e Weaver³²; e a teoria dos jogos, a partir dos trabalhos de von Neumann e Morgenstern³³ –, conceitos como retroação e auto-regulação povoavam, aos poucos, os tratados das chamadas ciências biossociais³⁴, das quais a ecologia é o primo mais proeminente.

Em pouco tempo, os frutos de Bertalanffy alcançaram vasta penetração. Estudos sobre poluição, trânsito etc, rapidamente adotaram o jargão do “enfoque sistêmico”. Nas humanidades, a ojeriza, em certas áreas, a leis socioculturais também forneceu terreno fértil para a difusão da Teoria dos Sistemas, notadamente os campos do conhecimento radicalmente dependentes de narrativas estruturantes, como a História. Para Bertalanffy, a vantagem do enfoque sistêmico na ciência de Clio decorre do fato de que, nela, “parece que somos vítimas de ‘forças históricas’, qualquer que seja o significado desse termo”³⁵, ao que a noção de sistema nos permitiria romper essa abstração, construindo as devidas teias de interações que levam a que as ações individuais – as quais, sozinhas, não fazem história – conformem um todo que é radicalmente distinto da mera somatória das partes.

Intelectuais como o argentino Mario Bunge fizeram ainda por elevar as ideias de Bertalanffy à categoria de filosofia, numa feição inclusive bastante belicosa, de confronto incessante contra o existencialismo, a fenomenologia etc. Como filosofia da ciência, o *sistemismo* também não poupou o que considerava, sob seu ponto de vista, pseudociência, tal como a psicanálise.

²⁸ LOTKA, A.J. *Elements of Physical Biology*. Baltimore: William & Wilkins, 1925 apud DRACK, 2008, p.3.

²⁹ BERTALANFFY, 1975, p.31.

³⁰ Ibid., p.32.

³¹ cf. WIENER, Norbert. *Cybernetics: or control and communication in the animal and the machine*. Paris: Hermann & Cie; Massachusetts: MIT Press, 1948.

³² cf. SHANNON, Claude E.; WEAVER, Warren. *The Mathematical Theory of Communication*. Urbana: The University of Illinois Press, 1949.

³³ cf. VON NEUMANN, John; MORGENSTERN, Oskar. *Theory of games and economic behavior*. Princeton: Princeton University Press, 1944.

³⁴ BERTALANFFY, 1975, p.28-33.

³⁵ Ibid., p.24.

A própria ciência, como esperado, passou a ser entendida como sistema, em reflexões nas quais podemos trocar tranquilamente a categoria *cientistas* por *biotas*, como nestes exemplos de análises, de Mario Bunge:

O que foi dito até aqui pode ser resumido nas seguintes proposições: (a) a Ciência, considerada como um conjunto de ideias, é um sistema conceitual, e toda ciência particular é um subsistema deste sistema; (b) a comunidade científica internacional é composta por subsistemas de diversos tipos: associações internacionais, regionais e locais e por comunidades científicas mistas em nível local, nacional e regional³⁶.

Consequentemente, o estado em que se encontra cada ciência especial depende do estado das outras ciências [...] A interdependência das ciências particulares se reflete na sua evolução: cada uma delas coevoluciona com as demais³⁷.

E tal não é diferente nas obras de Ignacy Sachs: recheadas do mesmo jargão sedutor, que permite inclusive a confecção de belos e didáticos diagramas abundantes em seus escritos e que caem muito bem nos documentos dos organismos multilaterais. Tais diagramas se prestam também a slogans de efeito, talhados sob medida tanto para cartilhas da UNESCO e do PNUMA³⁸ como para camisetas de ativistas. Veja-se, por exemplo, a ideia de que para cancelarmos a enorme dívida social e, ao mesmo tempo, reduzirmos a “dívida ecológica” temos que explorar o paradigma do “B ao cubo”, qual seja o paradigma “bio-bio-bio”³⁹ – de biodiversidade, biomassa e biotécnicas. Eis, pois, o segredo nem tão recôndito assim de um discurso que nos permite assistir a uma conferência da ONU ao som de um Jack Johnson!

Mas antes de prosseguir com outros excertos, que fique claro ao leitor que não se pretende aqui fazer troça, pois a ironia em questão é, afinal, objetiva. E a empreitada é até mais simples do que a de Paulo Arantes, que em seu *Diccionario de bolso do Almanaque Philosophico Zero à Esquerda*⁴⁰ tinha que cirurgicamente recontextualizar frases de volta a seu real contexto, para, em assim procedendo, desvelar aquilo que passava despercebido justamente por ser visível demais⁴¹. Já no nosso caso, felizmente, não é pela sutileza que prima o objeto ora em questão. Afinal, se omitíssemos a referência bibliográfica, o leitor bem poderia achar que os trechos a seguir foram extraídos de algum panfleto distribuído em algum retiro espiritual:

Necessitamos, portanto, de uma abordagem holística e interdisciplinar, na qual cientistas naturais e sociais trabalhem juntos em favor do alcance de caminhos

³⁶ BUNGE, 1980, p.46.

³⁷ Ibid., p.42.

³⁸ Curiosamente, entre nós o primeiro é conhecido por sua sigla em inglês – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization –, ao passo que o segundo é conhecido por sua sigla em português – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (em inglês: United Nations Environment Programme, UNEP).

³⁹ SACHS, 2002, p.30.

⁴⁰ ARANTES, 1997.

⁴¹ Conforme a bela sacada de Fernando de Barros e Silva em sua resenha sobre o livro. cf. SILVA, 1997.

sábios para o uso e aproveitamento dos recursos da natureza, respeitando a diversidade⁴².

O uso produtivo não necessariamente precisa prejudicar o meio ambiente ou destruir a diversidade, se *tivermos consciência* de que todas as nossas atividades econômicas estão solidamente fincadas no ambiente natural⁴³.

À ética imperativa da solidariedade sincrônica com a geração atual somou-se a solidariedade diacrônica com as gerações futuras e, para alguns, o postulado ético de responsabilidade para com o futuro de todas as espécies vivas na Terra⁴⁴.

Em tempos de crise de valores e desmanches de narrativas estruturantes, é difícil, de fato, ser crítico em relação a Ignacy Sachs, da mesma forma que é impensável sermos contra discursos em defesa dos direitos humanos. Mas o segredo do arrebatamento de sua obra não é assim tão simples, pois não redutível a mero panfleto de autoajuda. A força do discurso ético de sua obra está não em tomá-lo como centro de gravidade, mas como mais um dos pontos de uma rede sistêmica de fatores. O mundo se mexe, pois, mas também graças à nossa atuação, ao que retornamos ao padeiro smithiano, resignificado numa teia sistêmica de inércia histórica, na qual o velho mote do *efeito borboleta* de Lorenz tem agora homens e borboletas amarrados em complexas relações de causa e efeito. No jargão de Sachs, nosso componente de dever ético se entrelaça, enquanto diversidade cultural, com a biodiversidade, seus ecossistemas e paisagens, num processo histórico de coevolução⁴⁵. E como já adiantáramos, é essa epistemologia sistêmica de sua obra a conciliar sua apropriação tanto pelos organismos multilaterais quanto pelos novos movimentos verdes. Diagramas de interação sistêmica, com a ética do dever individual entrelaçada a variáveis e consequências globais, são discursos comuns a um e outro e, por isso mesmo, condignos de um momento peculiar do capital – sintomas, pois. A possibilidade de arranjos complexos de inter-relação torna-se, aliás, infinita, servindo a didatismos nos quais, num ardil, construímos narrativas sistêmicas que, em verdade, têm pouco de sistema e muito de indivíduo. Afinal, o jargão da retroalimentação não elimina o fato de que o alicerce metodológico é justamente a pulverização do todo. Este o sentido, portanto, da coincidência pouco fortuita na difusão, por exemplo, do chamado *Diagrama 5F*, encontrável seja num documento da ONU, seja num relatório de uma ONG – sendo ambos tributários do *Food-Energy Nexus Programme*, promovido pela primeira. Com a biomassa ao centro do diagrama, sua interação sistêmica se dá com *food*, *feed* (suprimentos), *fuel*, *fertilizers* e *feedstock* (ração animal industrializada). Num passe de lógica primária, somos então prontamente convencidos de que os usos das biomassas seriam otimizados pela combinação adequada dos 5Fs, “em sistemas integrados de alimento-energia adaptados às diferentes condições aeroclimáticas e socioeconômicas”⁴⁶. E nessa névoa, comum inclusive ao beletismo dos panfletos dos verdes, somos levados a crer numa narrativa

⁴² SACHS, 2002, p.31-32.

⁴³ Ibid., p.32, grifo nosso.

⁴⁴ Ibid., p.48.

⁴⁵ Ibid., p.31.

⁴⁶ SACHS, 2002, p.32-33.

estruturante quando, em verdade, o resíduo é qualquer coisa, menos o todo. Afinal, um todo que pode ser explicado pela combinação, ao sabor da conveniência, de diferentes seleções de variáveis sistêmicas, só faz por afirmar a importância das partes, dado que o conjunto se apresenta sempre, aos mais atentos, desfocado. Mas como, ademais, tal abordagem permite também afagar e conciliar egos de diversos campos de conhecimento, dado que os arranjos sistêmicos prestam-se perfeitamente aos ditos concertos interdisciplinares, não espanta sua rápida penetração também na academia.

O próprio Sachs, aliás, considera-se um autor interdisciplinar. Ao pensar, por exemplo, a questão das estruturas do cotidiano e sua própria crise, ele procura dissecar o objeto em questão em: tempo de trabalho; tempo de atividade não econômica; mercado de trabalho formal; mercado de trabalho informal; renda monetária; consumo de bens e serviços mercantis; consumo de bens e serviços autoproduzidos no setor doméstico; consumos de bens e serviços autoproduzidos coletivamente no setor da economia social; e, finalmente, prestações de serviços fornecidas pelo Estado-protetor. Através disso que ele chama de uma abordagem integrada entre Sociologia e Economia⁴⁷, ofusca-se, mais uma vez, o fato de que o centro de gravidade reside justamente na exaltação dos elementos constitutivos, agrupados tal como na alta cozinha, onde a ordem e o preparo de ingredientes combinados segundo proporções precisas podem produzir resultados que, com a aparência de totalidade, nada mais são que desdobramentos ao sabor da ocasião, assentados, de resto, sempre na arte de identificar e combinar as partes.

É claro que a narrativa sistêmica de Sachs é muito mais sofisticada que essa caricatura, com direito inclusive a constantes referências a Edgar Morin. Mas, talvez por isso mesmo, suas várias tipologias e seus belos diagramas sistêmicos soem mais como um apêndice técnico, ainda que didático, da afirmação de uma moral universal smithiana travestida de imperativo categórico.

2.1. EQUILÍBRIO DE MERCADO: A ETICIDADE DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ressalte-se, aliás, que nem mesmo o próprio horizonte smithiano, de riqueza das nações, encontra-se ausente da obra de Ignacy Sachs:

“[...] os países tropicais, de modo geral, e o Brasil, em particular, têm hoje uma chance de *pular etapas* para chegar a uma moderna civilização de biomassa, alcançando uma endógena '*vitória tripla*', ao atender simultaneamente os critérios de relevância social, prudência ecológica e viabilidade econômica, os três pilares do desenvolvimento sustentável”⁴⁸.

A volta do parafuso então se completa. Dado o mesmo sentido teleológico, de uma visada ao horizonte que procura brechas e soluções de desenvolvimento, um relatório de um organismo multilateral pode perfeitamente manter-se “sistêmico” e neoclássico ao mesmo tempo. Afinal, o que se deslinda efetivamente da seara aberta por Sachs é que pouco importa a caixa de

⁴⁷ SACHS, 1986b, p.122-123.

⁴⁸ SACHS, 2002, p.35, grifos do autor.

ferramentas utilizada, contanto que, ao sabor das circunstâncias, ela seja aquela considerada mais adequada ao entendimento de cada uma das partes a serem integradas sistemicamente. E aqui não se incorre em desonestidade com a afronta e os questionamentos explícitos de Sachs à economia neoclássica, pois o que nos interessa é justamente seu desdobramento involuntário, que acabou por conferir até mesmo às abordagens econômicas neoclássicas uma sobrevida, pois como que humanizadas ao serem postas lado a lado com outros paradigmas que, no cardápio sistêmico do dia, se adequam melhor a explicar o subsistema ambiental, ou o subsistema cultural e assim por diante.

Tome-se, por exemplo, a ideia dos créditos de carbono. O mesmo espírito de Estocolmo ainda escorre dos relatórios produzidos no âmbito da *United Nations Framework Convention on Climate Change*, pois, afinal, o próprio formato da catástrofe ambiental impôs-se, desde o princípio, como algo a ser abordado de maneira sistêmica, com grupos de trabalho interdisciplinares. E, no entanto, a solução que ocupou as páginas dos jornais, oriunda do Protocolo de Kyoto, foi justamente deduzida de princípios da economia neoclássica, envolvendo, portanto, a valoração monetária de recursos ambientais. Tal o alicerce sobre o qual se erige a ideia de créditos de carbono.

Essa economia ambiental neoclássica⁴⁹ parte do pressuposto de que todo recurso ambiental não precificado, ou seja, não subsumido à lógica mercantil, ainda assim é passível de uma valoração monetária. O que se intenta é a chamada internalização das externalidades. Nessa vertente ecológica da teoria neoclássica tem-se que os preços dos bens econômicos não refletiriam o verdadeiro valor da totalidade dos recursos presentes em sua produção, ou seja, assume-se uma falha na alocação eficiente dos recursos, decorrente de uma assimetria de informações que redunde em uma divergência entre os custos privados e os custos sociais. Nesse cenário, as empresas tomam decisões lastreadas apenas em seus custos privados, desconsiderando por completo, ou melhor, assumindo como zero o custo para um recurso ambiental⁵⁰. Obviamente, a demanda por este bem não devidamente precificado pode se elevar ao ponto de sua completa exaustão ou degradação. E como o princípio primeiro da economia neoclássica reside na ideia de equilíbrio geral, a eficiência econômica do sistema impõe que, necessariamente, haja uma valoração dos recursos ambientais, de modo a que se corrija essa assimetria de informações e o sistema retorne a um ponto ótimo de alocação de recursos.

Retomando a assertiva de que a abordagem sistêmica de Ignacy Sachs se presta perfeitamente à reconciliação dos próprios princípios neoclássicos, ao leitor ainda desconfiado basta lembrarmos-nos do “Princípio 16” da *Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*, declaração esta resultante daquela mesma conferência que, em 1992, teve Sachs como Assessor Especial do Secretariado-Geral da ONU para o Meio Ambiente e Desenvolvimento:

⁴⁹ Para um bom resumo da economia ambiental neoclássica, cf. MONTIBELLER-FILHO, 2008, p.93-117.

⁵⁰ MONTIBELLER-FILHO, 2008, p.93.

As autoridades nacionais devem procurar promover a internalização dos custos ambientais e o uso de instrumentos econômicos, tendo em conta a abordagem na qual o poluidor deve, em princípio, arcar com os custos da poluição, considerando o interesse público, e sem distorcer o comércio e os investimentos internacionais⁵¹.

Ora, este princípio, cristalizado sob as barbas da pregação sistêmica referida à problemática ambiental e entoada à exaustão na chamada *Rio 92*, nada mais é que a solução pigouviana para o mote neoclássico de internalização das externalidades. Arthur Cecil Pigou foi o primeiro a estabelecer o próprio conceito de externalidade em economia. E em seu *The Economics of Welfare*⁵², a solução para a precificação das externalidades é justamente o que encontramos no “Princípio 16” da *Declaração da Rio 92*, qual seja o *poluidor paga*. O que não deixa de ser uma solução simples e engenhosa para o problema do equilíbrio geral, pois, afinal, impõe-se imediatamente às empresas a precificação dos custos decorrente do uso de recursos ambientais, que até então eram ignorados.

Num parêntese rápido, lembremos que a própria constituição brasileira também incorpora tal princípio:

Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei⁵³.

Mas o fundamento mesmo da ideia de créditos de carbono advém de um segundo desdobramento desta problemática da valoração dos recursos ambientais, assentado na solução preconizada por Ronald Coase⁵⁴, prêmio Nobel de Economia em 1961. Para Coase, o problema da ineficiência alocativa decorre simplesmente da ausência de titularidade de propriedade sobre os bens comuns⁵⁵. Ao fim e ao cabo, pode-se dizer que é uma nova roupagem para a mesma resposta dada por Pigou, pois, aqui como lá, o raciocínio é dado pela busca da engrenagem faltante ao restabelecimento do equilíbrio walrasiano. No entanto, as consequências são muito mais radicais. No princípio pigouviano, o Estado é o agente capaz de impor custos ao poluidor. Já no princípio coasiano, o mercado é o próprio regulador. A negociação coasiana *stricto sensu*, contudo, só produz resultados quando o número de envolvidos é pequeno e os prejudicados são identificáveis⁵⁶. A solução dos chamados créditos de carbono visa justamente ampliar o alcance da negociação coasiana, tornando mais difusa a possibilidade de internalização de custos ambientais, já que faz por fatiar os recursos naturais em algo com caráter análogo ao de títulos de propriedade acionária que, por definição, podem ser transacionados justamente tal como um direito de degradação. Desta forma, aquela espécie de termodinâmica dos aparatos sistêmicos descritos nos documentos das agências multilaterais

⁵¹ ONU, 1992, tradução minha.

⁵² PIGOU, A.C. *The Economics of Welfare*. London: Macmillan and Co., 1920.

⁵³ BRASIL, 1988, Art. 225, §2º.

⁵⁴ cf. COASE, Ronald. The Problem of Social Cost. *Journal of Law and Economics* 3 (1): 1–44, 1960. doi:10.1086/466560

⁵⁵ MONTIBELLER-FILHO, 2008, p.101.

⁵⁶ Ibid., p.103.

involuntariamente redundam num mero reencontro com o equilíbrio geral neoclássico. Assim, enquanto na superfície andamos de bicicleta e separamos nosso lixo reciclável, nosso dever ético de atitude individual perante o bem-estar do planeta mal percebe que as placas tectônicas permanecem absolutamente inabaladas, e agora com solda reforçada em suas fissuras, dada nossa assunção irrestrita deste padeiro smithiano determinado⁵⁷ moralmente, ao que deslizamos, portanto, rumo a uma mera reposição, quimericamente deslocada, do bom e velho mercado.

2.2. ECOLOGIA COMO ÓPIO DAS MASSAS

A enalacrada na qual se dá a construção do sujeito adequado aos *tempos modernos* não é, portanto, simples. Teremos nele forjadas, ao mesmo tempo, tanto as estruturas de um mundo que dissolve o todo numa névoa contraditória na qual o indivíduo é posto enquanto alicerce do sistema, como a própria dissolução deste mesmo indivíduo na figura do cidadão universal preso ao imperativo categórico deduzido de sua própria condição de humanidade. Tal contradição merece, pois, um certo vagar, principalmente porque a mesma eclusa que dilui o sujeito na abstração da condição de humanidade reforça-o enquanto precária palafita a emergir da água turva e a sustentar, contra as leis da física, uma pesada estrutura social a ele sobreposta. E tal arranjo não decorre de um descuidado golpe de vista de quem distraidamente se perde através da janela do trem – ou do bonde, como manda a metáfora sobre a História. O indivíduo dos *tempos modernos* é hispostasiado precisamente na mesma medida em que nele se manifesta o mais profundo processo subjetivo de homogeneização e simplificação do mundo. A louvação da singularidade humana e de sua tomada de escolha racional e individual toma pé, portanto, precisamente em função de sua simultânea solubilidade num caldo único de uma moral e de uma identidade universais. Não é pouca coisa tamanha contradição, pois é sobre ela que se erige o *homo economicus* enquanto exaltação do caráter ímpar e individual do sujeito que, mesmo afeito a arroubos de alteridade, presta-se muito bem àquela reação de valoração da cultura local frente à gelatina global sem, contudo, derrubar os alicerces desta última. Afinal, como vimos, um dos engenhosos frutos da mandinga *sistêmica* reside precisamente na sua faculdade de harmonizar holisticamente o indivíduo com o globo.

Nesta autopista de mão dupla, nos firmamos categorialmente, portanto, como um sujeito cujo aspecto de emancipação se faz através de um perturbador processo subjetivo de pasteurização do mundo e de nós mesmo no mundo. Este o sentido, aliás, da própria abstração chamada *homo economicus*, que antes de ser constructo é, acima de tudo, uma abstração real.

A passagem de um a outro é até demasiado evidente. O que o pensamento econômico moderno – leia-se neoclássico – fez foi apenas construir, dentro da estrutura de uma “racionalidade superior”, uma simplificação na qual “qualquer tipo de afirmação seja quase que

⁵⁷ Determinação, aqui, no sentido de um juízo de reflexão. Cf. FAUSTO, Ruy, 1987a.

incontroversa e amplamente aceitável”. Simplificando o comportamento humano, as formas sociais e seu próprio campo de estudo, a economia neoclássica fez por cristalizar sobre si mesma uma tênue porém sedutora aparência de neutralidade, fundamental, de resto, ao aperfeiçoamento de um sistema de pensamento totalmente autônomo, autorreferente e autoexplicativo⁵⁸.

A história bruta do século XX nos legou paquidérmicas estruturas que, das OKBs⁵⁹ soviéticas ao Vale do Silício na Califórnia, passando por toda a indústria automobilística, foram o correlato palpável da abstração neoclássica da ideia de escala. Tanto o parque industrial da nova política econômica soviética, quanto os pátios da Ford, ambos se assentavam no princípio de que quanto maior a dimensão da produção ou das quantidades produzidas, maior seria a eficiência total e mais baixos os custos.

E do lado de cá do muro, seja na análise sobre as preferências do consumidor, seja na compreensão da direção e da volatilidade do voto, tornou-se um truísmo a premissa de que tais análises são acuradas precisamente por partirem da ideia de que os indivíduos, enquanto agentes racionais, são acima de tudo maximizadores, ou seja, movidos pela busca do incremento de sua felicidade, de sua utilidade. Não obstante, nos últimos 20 anos este truísmo também inundou totalmente o lado de lá do muro.

Gabriele Muzio⁶⁰, na linha do velho mote de mirar no que viu e acertar no que não viu, intuiu corretamente que esses dois conceitos, o de escala e o de utilidade, estão por trás do processo de homogeneização. Mas sua análise ainda fez por deixar escapar o sentido da contradição, o qual tentarei recuperar. A ele, a força homogeneizadora de ambos os conceitos reside na exaltação da dimensão quantitativa do viver. Mas se essa dimensão quantitativa explica de que forma nos vinculamos a uma cadeia global de partilhamento de preferências e de mensuração direta do grau de satisfação destas mesmas preferências, ainda assim não explica o ponto de retorno: de simultânea valoração da dimensão local frente à dimensão global. Como força homogeneizadora, ambos os conceitos, de fato, funcionam como um lastro *quantitativo* e objetivo de mensuração tanto do sucesso individual como do sistema como um todo. A noção de utilidade, ademais, enquanto fundamento de um sistema unificado de preferências, se presta não apenas à equiparação da magnitude de minha sensação de bem-estar frente à sensação de bem-estar do meu vizinho, conforme meu carro seja menor ou maior, mas, derradeiro segredo de polichinelo do capital – não apontado por Muzio –, presta-se a equiparar minha experiência com a do outro também em termos *qualitativos*, via um acesso ao mesmo ritual no qual nos identificamos através de usos e desejos das mesmas marcas, diferenciando-nos justamente pelo grau de “maximização” destes mesmos usos. Nenhum ritual de partilhamento de experiências através da marca, aliás, é mais exemplar do que a fila do McDonald’s, como

⁵⁸ MUZIO, 1999, p.135.

⁵⁹ Em cirílico, Опытное конструкторское бюро (Opytnoe Konstruktorskoe Byuro), denominação dada aos polos tecnológicos de pesquisa e desenvolvimento da URSS. A sigla significa algo como Departamento de Desenvolvimento de Design.

⁶⁰ cf. MUZIO, 1999.

brilantemente demonstrou Isleide Fontenelle⁶¹. A equiparação quantitativa só é possível, afinal, entre coisas de mesma substância. E o ritual de consumo de um Big Mac, no qual se mesclam “*taylorismo alimentar, ordem unida e romance*”⁶², é precisamente o ponto denso no qual podemos *quantitativamente* equiparar nossas experiências na medida em que nos sentimos partícipes de uma comunidade global *qualitativamente* aplainada sob os mesmos traços de vivência. A noção de utilidade, enquanto fundamento de um sistema unificado de preferências, é ela mesma, pois, manifestação de uma certa pulsão homogeneizadora que só pode tomar pé através da hipostasiação de um indivíduo que, no momento seguinte, é ele mesmo diluído como mera gelatina humana de tomada de escolhas. A individuação do sujeito opera-se, portanto, através de um cotejo no qual a singularidade se reduz a meros degraus quantitativos.

Muzio ainda acrescenta, como força homogeneizadora, a própria concepção semiótica de um mundo construído imagetivamente tal como um globo. Tal construção demanda, por princípio, a visão de um mundo visto de fora, ao que, portanto, procedemos à objetivação do mundo justamente destacando-o do domínio da experiência vivida⁶³. O sentido de pertencimento, portanto, revela-se neste movimento ardiloso que faz da vida efetivamente experienciada uma impostura perante a verdade da imagem global, ao que a perspectiva local passa a ser tida como retrógrada e inferior à planetária.

Deste modo, uma visão que está enraizada no indivíduo enquanto conectado a seu mundo é paradoxalmente considerada ilusória e incompleta, enquanto a visão global – que somente pode ser obtida abstraindo-nos do mundo, e, em última análise, deixando-o para trás – é considerada como sendo real e total⁶⁴.

Em se tratando de consumo de imagens, e de experiências propiciadas por estas, a linha de raciocínio de Muzio é inequivocamente análoga à reflexão de Guy Debord sobre o desdobramento último da *forma* mercadoria: momento no qual “no mundo *realmente invertido*, a verdade é um momento do que é falso”⁶⁵, ao que diante do empobrecimento absoluto da vida vivida, transformá-la em falsidade na mesma medida em que a imagem se torna real – implicando inclusive em comportamentos reais – é a única estratégia possível para se evitar o esfacelamento mesmo do sujeito. Mas carregando demais nas tintas cartesianas, Muzio consegue apenas enfatizar o mecanismo pelo qual a perspectiva local passa a ser tida como retrógrada e inferior à perspectiva global. O que é apenas meia verdade, como bem atesta o “pense globalmente, aja localmente”. O erro de Muzio, de resto, nos lembra muitos daqueles aos quais Marx dirigira seu sarcasmo, pois faltou também a Muzio “fazer o caminho de volta” do método da Economia Política, seguindo a máxima de que o concreto é

⁶¹ cf. FONTENELLE, 2002.

⁶² ARANTES, 2002, p.13, grifo do autor.

⁶³ MUZIO, 1999, p.137.

⁶⁴ Ibid., p.138.

⁶⁵ DEBORD, 1997, p.16, grifos do autor.

concreto porque síntese de muitas determinações⁶⁶. A preocupação de Muzio, é claro, está muito centrada em tentar entender o mecanismo pelo qual é eliminada a multiplicidade de visões, obliterando-se a dimensão local por meio do globalismo. Seu foco é compreender como a redução da visão do mundo a uma única visão global unificada fortalece a instauração de um único código unificador do comportamento humano e abre caminho para a realização do sonho definitivo de economias globais de escala, ao que o “modelo econômico” alcançaria sua perfeição, que não é somente descrever o mundo, mas efetivamente governá-lo⁶⁷. Mas ainda assim lhe faltou perceber que esse movimento só é possível pela própria afirmação mesma do sujeito, que, afinal, sempre tem suas razões, embora as desconheça.

É neste pêndulo, pois, que reside o segredo de nossa posição de conforto num mundo que nos *põe* como sujeitos autônomos e racionais exatamente na mesma medida em que nos afaga com o lenitivo que alivia o próprio fardo da condição de sujeito: a passagem (*Aufhebung*) num outro que é nossa condição de universal. Direitos humanos e consciência ambiental revelam, portanto, um certo parentesco com aquilo que Freud denominara sentimento oceânico: o “mirrado resíduo” daquele nosso primeiro vínculo mais íntimo entre o ego e o mundo⁶⁸, o fundamento, portanto, do conteúdo ideacional revelado na ideia de unidade com o universo⁶⁹.

Alcançamos, assim, a raiz do processo. Que a ideia de desenvolvimento sustentável seja uma boa peça de marketing para o *business as usual* dispensa já maiores digressões. Resta-nos apenas demonstrar como essa peça de marketing garante sua sustentação transladando-se em *ethos*. Partindo do mote freudiano há pouco lembrado, podemos dizer que o fundamento do *ethos* ecológico reside na naturalização da natureza. Em outras palavras, na seara da nossa necessidade de retorno ao vínculo íntimo entre o ego e o mundo, e ainda em face da catástrofe ambiental, que melhor posição de gozo (*jouissance*) pode o indivíduo assumir que não a naturalização da natureza, elevada agora a um patamar de utopia ao qual almejamos retornar em harmonia⁷⁰? O conteúdo ideacional presente no sentimento oceânico, que dá o tom também da ascese religiosa, apresenta-se na figura da ecologia como a mesma pulsão de unidade com o universo. O sistema mundial produtor de mercadorias, claro está, só pode manter-se pela reificação da mão invisível, pela assunção, portanto, de um sujeito em cuja ação movida por interesses individuais repousam consequências benéficas para todos. A consciência ecológica elevada à condição de imperativo categórico nos remete, portanto, à posição de gozo de uma recuperação de nosso vínculo íntimo com o mundo. Internalizado, assim, um sentido e um conteúdo moral da ação meramente egóica, o padeiro smithiano emerge, renovado.

Mas o passo que eleva a ecologia à condição de ideologia tem igualmente outras fontes. Em parte, o arrebatamento dela decorrente deriva também do fato de que, em tempos de

⁶⁶ Cf. MARX, 1978a [1859], p.116.

⁶⁷ MUZIO, 1999, p.138.

⁶⁸ FREUD, 1978 [1929], p.134.

⁶⁹ Ibid., p.138.

⁷⁰ O argumento, daqui em diante, assume inspiração nitidamente žižekiana.

catástrofe, não confiamos mais sequer no papel histórico da Substância⁷¹. Essa figura hegeliana, vinculada ao Conceito, no qual se revelaria sua verdade, sempre nos confortou com a promessa de que, a despeito dos desvarios da Razão, de alguma forma a História seguiria seu curso rumo ao Absoluto. Ironicamente, contudo, “apenas hoje podemos dizer que o processo histórico deve ser efetivamente concebido ‘não apenas como Substância, mas também como Sujeito’”⁷². Afinal, continua Žižek, o preço a ser pago por deixarmos a Razão fazer seu trabalho e cumprir seu devir histórico é muito alto – no meio do caminho podemos todos simplesmente perecer junto com o inimigo. E, de fato, pela primeira vez sentimos concretamente a potência histórica represada no ato fortuito de um único ator individual, capaz de alterar todo o processo histórico, tal como no episódio dos mísseis em Cuba, onde um oficial chamado Arkhipov evitou o disparo dos mísseis de seu submarino, impedindo o desdobramento do protocolo de disparo com o qual outros dois oficiais já haviam consentido⁷³.

A elevação da ecologia à condição de ideologia, no entanto, deve sua profundidade àquela ideia mesma de sentimento oceânico de Freud. Neste movimento é que se produz a afirmação de si no espelhamento dado naquele retorno ao vínculo entre o ego e o mundo. A individuação se afirma, portanto, na sua passagem como negação determinada (*Aufhebung*) em seu outro que é a universalidade do sujeito. Neste processo, contudo, há uma armadilha. O reconhecimento de si neste outro que é universal, deixa um rastro de escombros no qual se opera o encobrimento dos excluídos, aliados, por definição, da condição da passagem de si na universalidade do sujeito.

E será a partir deste antagonismo fundamental, entre incluídos e excluídos, que Žižek irá tomar a ecologia como candidato natural à condição de ideologia hegemônica. A substância compartilhada de nosso ser social, essência mesma daquela passagem da individuação na universalidade do sujeito, ao operar pelo alijamento do reconhecimento de si do excluído, leva a certos enclaves: espécies de substâncias sociais universais privatizadas, no sentido pleno da contradição. Algo como os *commons* de Michael Hardt e Antonio Negri que, retomados por Žižek, encontram-se privatizados em: *commons* da cultura; *commons* da natureza externa ameaçada por poluição e exploração capitalista desenfreada; e *commons* da natureza humana interna, a herança genética da humanidade. Em sendo todas elas disputadas pela lógica capitalista, que pretende abraçá-las e subsumi-las por inteiro, são elas também, portanto, os enclaves nos quais se adensa a própria luta na qual o sujeito universal luta para não ser aniquilado, reduzido a mera substância do capital. Estes enclaves seriam, portanto, as trincheiras mesmas da luta pela emancipação do sujeito, bem ao gosto das promessas do Iluminismo. Mas em sendo estas trincheiras formadas por uma universalidade que opera pela obliteração do excluído, e em se perdendo, portanto, justamente o antagonismo fundamental entre excluídos e incluídos – em cuja superação reside o cerne da ideia de emancipação –

⁷¹ ŽIŽEK, 2007.

⁷² Ibid., tradução minha – em sendo um texto de transcrição de uma conferência, não tenho, portanto, como fazer referência às páginas de texto.

⁷³ Ibid.

quaisquer outros antagonismos simplesmente perdem seu potencial subversivo⁷⁴. Não à toa, essas trincheiras acabam por produzir não lutas de emancipação, mas ideologias de sustentação: a ecologia deslinda em mero problema de desenvolvimento sustentável; a propriedade intelectual em mero problema de hermenêutica jurídica; e a biogenética em mera questão ética.

Uma pessoa pode sinceramente lutar pela ecologia, defender uma noção mais abrangente de propriedade intelectual e opor-se ao patenteamento genético ao mesmo tempo em que não questiona o antagonismo fundamental entre Incluídos e Excluídos. Desta forma, não obtemos a verdadeira universalidade, apenas preocupações “privadas” no sentido kantiano do termo⁷⁵.

O sujeito fenece, portanto, na mesma medida em que a Razão se reduz à ideia kantiana de uso privado da Razão, represada na burocracia do Estado e nos aparatos ideológicos, ao que a política é igualmente reduzida ao domínio privado. E para Žižek, ao ser reduzida ao privado, a política passa a ser regida pelo medo. Afinal, na esfera privada, ditada pelo loteamento dos *commons* em glebas nas quais fincamos o reconhecimento de nós mesmos como sujeitos individuados e, ao mesmo tempo, universais – mesmo que à custa da exclusão de muitos –, o maior temor é justamente o de ser expulso da gleba, ou seja, o temor de perda de identidade, o temor de ser suplantado etc. O medo se mostra, portanto, como a única paixão possível à política.

Uma vez que se renuncia às grandes causas ideológicas, o que resta é apenas a administração eficiente da vida [...] Isto é, com a despolitizada e socialmente objetiva administração de especialistas e coordenação de interesses tidos como o nível zero da política, a única maneira de introduzir paixão nesse campo, de forma a mobilizar ativamente as pessoas, é através do medo, um componente básico da subjetividade de hoje⁷⁶.

Em outras palavras, se num primeiro momento a ecologia é elevada à condição de ideologia por ser portadora daquele mesmo conteúdo ideacional de unidade com o universo – resíduo mesmo de nosso primeiro vínculo mais íntimo entre o ego e o mundo –, num segundo momento ela se decanta em ideologia do medo, pois também lastreada numa ideação na qual a passagem do sujeito no universal se dá por critérios seletivos. Esse sujeito universal, contraditoriamente parcial, erige-se como uma espécie de área VIP na qual o maior temor é o de perder a pulseirinha que lhe garante acesso aos camarotes da individuação e do pertencimento. A posição de gozo se revela num díptico de uma passagem do sujeito em sua ideação universal e da simultânea obliteração de quaisquer resquícios de existência de sujeitos não individuados nesta passagem – ainda que eles existam, e aos montes. “Não é de admirar, portanto, que a versão predominante da ecologia seja, de longe, a ecologia do medo: medo de uma catástrofe, natural ou provocada pelo homem”⁷⁷, pois é a catástrofe ela mesma a grande metáfora sobre o medo da perda desta posição de conforto propiciado pela ideação do resgate da unidade com o universal. E como uma

⁷⁴ ŽIŽEK, 2007.

⁷⁵ ŽIŽEK, 2007, tradução minha.

⁷⁶ Ibid., tradução minha.

⁷⁷ ŽIŽEK, 2007, tradução minha.

das grandes afecções da alma, o medo como paixão é dos mais poderosos motos da ação humana. Com base nisso é que Žižek vê nessa “ecologia do medo” a futura *forma* predominante da ideologia do capitalismo, o “novo ópio para as massas, em substituição à religião em declínio”⁷⁸. Afinal, ela faz por assumir a mesma função fundamental da religião, qual seja a de se portar como uma autoridade moral inquestionável a nos impor limites, numa variação um tanto mais tirânica da ideia hegeliana da religião como “o poder de aplicar e validar os direitos que a razão concedeu”⁷⁹, tal como lembráramos anteriormente. E também tal como na religião, a lição que a ecologia do medo constantemente nos martela é a lembrança de nossa finitude⁸⁰, ao que se reforçam, pois, os mecanismos de acoplamento entre o sentido de minha ação individual, movida pela obsessão em se evitar a perda da posição de pertencimento, e os seus supostos ecos totalizantes, os quais, contraditoriamente, ressoam justamente como descrença em quaisquer atos coletivos de larga escala.

A ecologia, portanto, se firma como derradeira estrutura de sublimação a nos permitir o gozo diante da contradição em construirmos questionamentos à manipulação genética – ao domínio da natureza – sem atentarmos contra a lógica da acumulação; o gozo em construirmos questionamentos à catástrofe ambiental sem protestarmos contra seu fundamento estrutural. O gozo, pois, de alojarmos-nos num novo *ethos* liberal: o do individualismo responsável.

⁷⁸ Ibid., tradução minha.

⁷⁹ HEGEL, G. W. F. *Suhrkamp-Werkausgabe*. Frankfurt: M. Suhrkamp, 1986. v. 1, p.103 apud HABERMAS, 2002, p.38.

⁸⁰ ŽIŽEK, 2007, tradução minha.

BIBLIOGRAFIA

- ARANTES, Paulo Eduardo. (1997). *Diccionario de bolso do Almanaque Philosophico Zero à Esquerda*: primeira dentição, ano III da Era FHC. Petrópolis, RJ: Vozes.
- _____. (2002). O nome do sujeito. In: FONTENELLE, Isleide. (2002). *O Nome da Marca*: McDonald's, fetichismo e cultura descartável. São Paulo: Boitempo.
- BERTALANFFY, Karl Ludwig von. (1975). *Teorial Geral dos Sistemas*. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Contém as emendas constitucionais posteriores. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 20 Ago. 2010.
- BUNGE, Mario. (1980). O Caráter Sistemico do Desenvolvimento Científico. In: _____. *Ciência e Desenvolvimento*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp.
- DAG HAMMARSKJÖLD FOUNDATION . (1975). *What Now*: another development. Disponível em: <http://www.dhf.uu.se/mint/pepper/orderedlist/downloads/download.php?file=http%3A//www.dhf.uu.se/pdfiler/75_what_now.pdf>. Acesso em: 20 Ago. de 2010.
- DEBORD, Guy. (1997). *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- DRACK, Manfred. (2008). Ludwig von Bertalanffy's early system approach. In: ANNUAL MEETING OF THE ISSS (International Society for the Systems Sciences), 52, 2008, Madison, *Proceedings...* Madinson: ISSS. Disponível em: <<http://journals.iss.org/index.php/proceedings52nd/article/viewFile/1032/322>>. Acesso em: 21 Ago. 2010.
- FAUSTO, Ruy. (1987a). *Marx: lógica e política*. Tomo I. 2. ed. São Paulo: Brasiliense.
- _____. (1987b). *Marx: lógica e política*. Tomo II. São Paulo: Brasiliense.
- FONTENELLE, Isleide. (2002). *O Nome da Marca*: McDonald's, fetichismo e cultura descartável. São Paulo: Boitempo.
- FREUD, Sigmund. (1978). *O Mal-Estar na Civilização*. [1929]; *Cinco Lições de Psicanálise*; *A História do Movimento Psicanalítico*; *O Futuro de uma Ilusão*; *Esboço de Psicanálise*. São Paulo: Abril Cultural. (Coleção Os Pensadores).
- HABERMAS, Jürgen. (2002). *O Discurso Filosófico da Modernidade*. [1985]. Tradução de Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes.
- MARX, Karl. (1978a). Para a Crítica da Economia Política. [1859]. In: _____. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural. (Coleção Os Pensadores).
- _____. (1978b). O 18 brumário de Luís Bonaparte. [1852]. In: _____. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural. (Coleção Os Pensadores).
- MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. (2008). *O Mito do Desenvolvimento Sustentável*: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtivo de mercadoria. Florianópolis: Ed. UFSC.
- MUZIO, Gabriele. (1999). A globalização como o estágio de perfeição do paradigma moderno: uma estratégia possível para sobreviver à coerência do processo. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (orgs.). *Os sentidos da democracia*: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999. p.133-161.
- NERFIN, Marc (Ed.). (1975). *Another Development*: approaches and strategies. Uppsala: Dag Hammarskjöld Foundation.

- ONU. (1992). *Rio Declaration on Environment and Development*. Rio de Janeiro: ONU. Disponível em: < <http://www.un.org/documents/ga/conf151/aconf15126-1annex1.htm>>. Acesso em: 20 Ago. 2010.
- SACHS, Ignacy. (1986a). *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice.
- _____. (1986b). *Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento*. São Paulo: Vértice.
- _____. (1993). *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Studio Nobel.
- _____. (2002). *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond.
- _____. (2009). *A Terceira Margem: em busca do ecodesenvolvimento*. São Paulo: Cia das Letras.
- SAFATLE, Vladimir. (2010). Marina Silva em Wall Street. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 4 Out. 2010, Caderno Poder. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0410201025.htm>>. Acesso em: 4 Out. 2010.
- SILVA, Fernando de Barros e. (1997). Arantes ironiza turma do 'a favor'. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 5 de jan. de 1997, Caderno +Mais.
- SMITH, Adam. (1979). *Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. [1776]. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural. (Coleção Os Pensadores).
- WEBER, Max. (2004). *A ética protestante e o "espírito" capitalista*. [1904;1905]. São Paulo: Cia das Letras.
- ŽIŽEK, Slavoj. (2007). *Ecology, a New Opium of the Masses*. (conferência). Disponível em: <<http://www.lacan.com/zizecology1.htm>>. Acesso em: 19/10/2010.